

"CONHECER, PENSAR E FAZER CIDADE"



Encontros Escola de Tecnologias e Arquitetura _ "Ciência, Tecnologia e Arte", ISCTE – IUL

Terça-feira, 16 Outubro 2012, 17h30

Coordenação: Mafalda Teixeira de Sampaio [ISCTE-IUL]

A presença neste encontro é gratuita mas sujeita a inscrição no site www.jornal40.iscte-iul.pt



Coloca-se a questão sobre o que será mais importante na cidade: o edificado ou o espaço público? Como é que se tem feito cidade segundo os modelos antigos e modernos? Aquilo a que se assiste atualmente resulta de uma atitude que parte da construção do edificado e apelida-se de espaço público ao vazio entre a massa construída. A grande problemática reside no facto de este espaço intersticial, na maioria dos casos, ser apenas um espaço vazio e não um espaço vivo ou passível de ser agradavelmente sentido.

O fazer cidade implica ter consciência de uma série de fatores que não são apenas do domínio do arquiteto, mas de diferentes técnicos. Esta problemática tem sido debatida desarticuladamente pelos vários intervenientes da cidade. Embora todos estejam conscienciosos da necessária interdisciplinaridade no "fazer cidade" e consequentemente no planeamento da mesma e na sua articulação e inserção à escala territorial parece-nos que o facto de o objetivo primário de todos não estar a ser atingido reside numa má articulação dos esforços dos vários técnicos.

A qualidade do projeto urbano relaciona-se com a importância que se dá aos espaços públicos. Estes deverão obedecer a algumas qualidades formais, tais como a continuidade do desenho urbano, a generosidade das formas, da imagem, dos

seus materiais e a adaptabilidade a usos diversos através dos tempos. O espaço público é, em si mesmo, um mecanismo para garantir a qualidade relacional de um projeto urbano, tanto para os residentes, como para o resto dos cidadãos. Desta forma, este encontro tem como objetivo promover uma reflexão em torno do projeto urbano e da importância que os espaços públicos devem ter no mesmo.

Público-alvo: Arquitetos, arquitetos paisagistas, urbanistas, designers, engenheiros, sociólogos, antropólogos, projetistas, coordenadores de projeto, técnicos autárquicos das áreas de urbanismo e licenciamento de edifícios e estudantes nestas áreas.

Local: Clube ISCTE, Ala Autónoma, Av. Forças Armadas, 1649-026 Lisboa

Media partner:

arqa
ARQUITETURA E ARTE

Ana Maria Tavares Martins (DECA-UBI/CITAD /CIDEHUS)

A Rua como Espaço Público: União vs. Segregação

Desde o início do século XIX que a qualificação funcional do centro cívico foi caracterizada pelo reforço e expansão das atividades do terciário assim como pelo aumento de áreas residenciais para a burguesia e pelo redesenho das ruas. Com efeito, o processo de transição para um modelo de centro vs. periferia, característico da cidade moderna ocorreu no contexto de uma burguesia em ascensão cujo projeto social era igualmente um projeto urbano. Com esta comunicação pretende-se estabelecer a importância do desenho, enquanto “gesto” pensado, na morfologia da cidade, sobretudo na definição e contextualização do espaço público que caracteriza a rua. Partindo da cidade como elemento de estudo é possível identificar as principais linhas do seu desenho, coincidentes com as ruas, de carácter e expressão mais significativas. As ruas, independentemente da sua morfologia, são o veículo dos movimentos e deslocamentos permitindo o livre acesso a zonas construídas ou a vazios urbanos. Ao longo do tempo a rua tornou-se, por um lado, o elemento vital nas relações próximas e de vizinhança e, por outro, um modo de expansão. De facto se a rua, num determinado momento, era veículo de segregação noutro é o agente facilitador da aproximação dos seus habitantes. A história da cidade tem demonstrado que muitas vezes determinadas transformações e alterações urbanas são executadas por forma a obter uma determinada resposta dos seus habitantes, seja social, cultural ou política.

Mafalda Teixeira de Sampayo (ISCTE-IUL)

Análise e avaliação do espaço público nos projetos para a Baixa de Lisboa

O objetivo principal desta investigação consiste na análise da importância e da valorização do espaço público na área da Baixa de Lisboa antes do terramoto e nos projetos de renovação da mesma. Nas várias análises aos projetos para a renovação de Lisboa pós-terramoto verificam-se percentagem mais altas de espaço público do que as que calculámos para a cidade anterior ao terramoto. Estas percentagens divergem ligeiramente de projeto para projeto e nem todas se enquadram nos valores “ótimos” apresentados pelos autores estudados. Sabemos que a avaliação da qualidade do espaço público deverá ter em conta diversos aspetos, que ultrapassam as questões meramente quantitativas. Não obstante, face aos resultados obtidos na análise dos projetos de renovação de Lisboa, conclui-se também que as percentagens iniciais de parâmetros tidos como ótimos nas leituras do estado da arte apenas poderão ser aferidas mediante uma análise mais abrangente, nomeadamente através da sua confrontação com um maior número de realidades urbanas.

Ana Rita Ochoa de Castro (DECA-UBI/UB-Cr Polis)

Metodologias de análise do espaço público. A importância do contacto com o território.

No âmbito do encontro, a intervenção irá incidir nas problemáticas relacionadas com a investigação em áreas como a arquitetura e o urbanismo e na importância da construção de metodologias para a análise do território, adequadas simultaneamente aos objetivos e aos objetos de estudo. Assume-se a importância do contacto com o território e da observação direta do espaço, pois apenas desta forma se considera ser possível compreender as realidades urbanas nas suas múltiplas dimensões. Mediante este pressuposto, propõe-se uma abordagem que parte do entendimento da cidade como realidade complexa, na qual interferem uma multiplicidade de fatores e que, por isso, deve ser analisada mediante o cruzamento de diferentes perspetivas e disciplinas.

Claudia Sisti (UB-Cr Polis/Externa Lda)

Regenerar o Centro Histórico de Torres Vedras: uma perspetiva integrada.

No âmbito do encontro, irá ser apresentado um programa integrado de regeneração urbana do centro histórico de uma cidade média. O Programa de Ação ‘Torres ao Centro’ – Regeneração Urbana no Centro Histórico de Torres Vedras, surge na sequência da candidatura de Torres Vedras ao instrumento de política Polis XXI “Parcerias para a Regeneração Urbana”, do Programa Operacional Regional do Centro “Mais Centro”. ‘Torres ao Centro’ aposta em novas formas de governação urbana, assentes no estabelecimento de consensos e parcerias, tendo a Câmara Municipal de Torres Vedras estabelecido um Protocolo de Parceria Local com seis parceiros de reconhecida importância no centro histórico e na Cidade. O Programa ‘Torres ao Centro’ encontra-se na fase final de implementação, tendo presentemente uma taxa de execução financeira de quase 80%. O Programa surge como uma oportunidade para abordar os problemas mais prementes e fulcrais do centro histórico de uma forma integrada e, fundamentalmente, estratégica: focando energias em projetos-âncora capazes de gerar interação entre as várias dimensões, económica, social, urbana, cultural; cruzando simbioticamente projetos já em curso com novas ações e envolvendo, reequacionando se necessário, dinâmicas e atores presentes no terreno.

Maria João Matos (CIAUD-FA-UTL/LABART-ULHT)

Agricultura urbana no espaço público. Lugar de encontro entre a academia e a Comunidade da Horta do Monte.

Nos últimos anos tem vindo a crescer, nas cidades, a procura de novos tipos de espaços públicos mais ligados à natureza e às práticas rurais, adaptados ao contexto atual de crise económica e de valores. Perante este fenómeno, propôs-se aos alunos da unidade curricular de Fundamentos de Arquitetura Paisagista, do Mestrado Integrado em Arquitetura da Universidade Lusófona, um exercício académico para um espaço público de características particulares, situado em pleno bairro da Graça, em Lisboa. O exercício consistia na proposta de arquitetura paisagista para um terreno na Calçada do Monte, usado para atividades ligadas à agricultura urbana por uma comunidade de bairro. A proposta deveria basear-se numa análise sensível do local, tendo em conta o espírito do lugar, mas também os aspetos ecológicos, funcionais do espaço e sociais da população. Na sequência deste trabalho, iniciou-se uma colaboração entre os alunos e a Comunidade da Horta do Monte, tendo em vista a legalização daquele espaço público combinada com a melhoria de condições para as atividades da comunidade. A colaboração prossegue para além do exercício académico e marcará indubitavelmente o futuro daquele lugar.

A sessão decorrerá em forma de mesa redonda com breves apresentações de cada orador seguidas de debate com a assistência.